



CENTRO de  
ARBITRAGEM de  
CONFLITOS de  
CONSUMO de  
LISBOA



**RAL**  
CENTROS  
DE ARBITRAGEM

**Processo nº 1871 / 2023**

---

## **TÓPICOS**

**Serviço:** Produtos electrónicos

**Tipo de problema:** Não fornecido / não prestado

**Direito aplicável:** artºs 6º, 7º, 11º, 12º e artº 15º, nº 1, alíneas a) b) e c) do Decreto-Lei nº 84/2021 de 18 de Outubro, e o disposto nos artºs 4º, nº 1, 5º e 5ºA, 10º e 11º do Decreto-Lei 24/2014, de 14 de Fevereiro; artº 559º do Código Civil

**Pedido do Consumidor:** Reembolso do valor pago em dobro (€200,00=€100,00x2)

---

## **SENTENÇA Nº 288 / 2023**

---

### **PRESENTES:**

Reclamante assistido por Jurista da DECO

---

### **RELATÓRIO:**

Iniciado o Julgamento, encontra-se presencialmente o reclamante, e através de videoconferência a DECO.

Não se encontra presente a reclamada nem se fez representar, não obstante tenha sido citada para o Julgamento

Ouvido o reclamante por ele foi confirmado o conteúdo da reclamação.



CENTRO de  
ARBITRAGEM de  
CONFLITOS de  
CONSUMO de  
LISBOA



**RAL**  
CENTROS  
DE ARBITRAGEM

## **FUNDAMENTAÇÃO DE FACTO:**

Assim, dão-se como provados todos os factos constantes da reclamação.

1. Em 18.10.2022, o reclamante adquiriu na loja online (<https://---->) da empresa reclamada, de um Monitor ---- IPS FULL HD 75HZ 22”(encomenda #79464), pelo valor de €100,00.
2. Em 09.11.2022, na sequência de vários contactos de email sem sucesso, o reclamante contactou telefonicamente a reclamada, solicitando informação relativa à entrega da encomenda, tendo a reclamada comunicado que não seria possível garantir uma data de entrega, dando possibilidade ao reclamante de cancelar a encomenda e reembolso do valor total pago.
3. Em 18.11.2022, perante a ausência de entrega do artigo, o reclamante solicitou junto da reclamada o cancelamento da encomenda e a restituição imediata do valor pago (€100,00).
4. Apesar da insistência do reclamante, a reclamada não procedeu ao reembolso do valor €100,00, pago pelo Monitor ----2T350FHR IPS FULL HD 75HZ 22”, mantendo-se o conflito sem resolução.
5. O reclamante pretende o reembolso do valor pago em dobro, nos termos do Decreto-Lei n.º 24/2014 de 14 de Fevereiro, dado que a empresa reclamada não procedeu ao reembolso do valor dentro do prazo de 14 dias, a partir da data do pedido de cancelamento das encomendas.

## **FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:**

Tendo em conta o disposto nos artºs 6º, 7º, 11º, 12º e artº 15º, nº 1, alíneas a) b) e c) do Decreto-Lei nº 84/2021 de 18 de Outubro, e o disposto nos artºs 4º, nº 1, 5º e 5ºA, 10º e 11º do Decreto-Lei 24/2014, de 14 de Fevereiro, declara-se resolvido o contrato, pelo que se julga procedente a reclamação, e em consequência, condena-se a reclamada a restituir ao reclamante o valor por este pago pelo bem que lhe foi vendido e nunca lhe foi entregue até à presente data.



CENTRO de  
ARBITRAGEM de  
CONFLITOS de  
CONSUMO de  
LISBOA



**RAL**  
CENTROS  
DE ARBITRAGEM

## **DESPACHO:**

Assim, sem necessidade de mais alongadas considerações, julga-se procedente a reclamação e em consequência, condena-se a reclamada a restituir ao reclamante o valor por este pago acrescido de juros legais nos termos do artº 559º do Código Civil até ao efetivo pagamento da quantia em dívida, pelo bem que lhe foi vendido e nunca lhe foi entregue até à presente data.

Sem custas.  
Notifique-se.

---

Lisboa, 28 de Junho de 2023

O Juiz Árbitro

---

(Dr. José Gil Roque)